



# Metalúrgica Mococa S.A.

CNPJ/MF nº 52.502.945/0001-05

**Relatório da Administração** - Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Ffindos em 31/12/2025 e de 2024 (Em milhares de reais)

Senhores Acionistas, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresentamos aos Senhores o Balanço Patrimonial e as demais demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhados de Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Reiteramos os agradecimentos aos nossos colaboradores, clientes, fornecedores e a todos que, direta ou indiretamente, nos apoiam. Estamos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer outros esclarecimentos.

Ativo	Nota explicativa	2025		2024		Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2025		2024	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024		
<b>Ativo circulante</b>						<b>Passivo e patrimônio líquido</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	78.491	59.258			Financiamentos	12	522	479		
Clientes	6	30.663	47.623			Fornecedores	13	2.920	12.675		
Estoque	7	61.079	70.279			Obrigações sociais		1.896	1.971		
Obrigações tributárias	8	53.205	67.900			Obrigações tributárias		476	585		
Outros créditos		199	327			Dividendos a pagar	14				
Despesas antecipadas		707	1.005			Provisão para férias e encargos		3.989	4.826		
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>224.344</b>	<b>246.992</b>			Adiantamentos a clientes		991	1.014		
<b>Ativo não circulante</b>						Otras obrigações		414	637		
Realizável a longo prazo						<b>Total do passivo circulante</b>		<b>11.208</b>	<b>22.189</b>		
Tributos a recuperar	8	399	225			<b>Passivo não circulante</b>					
Depósitos judiciais		12	4			Financiamentos	12	982	1.504		
Tributos diferidos	21	1.507	3.426			Provisão para demandas judiciais	15	35	173		
Despesas antecipadas			144			Tributos diferidos	21	2.358	2.395		
Investimentos	9	357	349			<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>3.375</b>	<b>4.072</b>		
Imobilizado	10	49.156	49.495			<b>Patrimônio líquido</b>					
Intangível	11	34	38			Capital social		151.538	151.538		
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>51.465</b>	<b>53.276</b>			Reservas de lucros		109.688	122.319		
<b>Total do ativo</b>		<b>275.809</b>	<b>300.118</b>			<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>16.261.226</b>	<b>270.857</b>		
						<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>275.809</b>	<b>300.118</b>		

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Ffindos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais)						
Capital social	Reserva legal	Reserva de Lucros		Reserva de Retenções	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		contingências	de lucros			
151.538	21.143	35.620	60.683	-	-	268.984
			6.049		6.049	
			(1.176)		(1.176)	
		31.987	(31.987)			
			1.176		1.176	
151.538	21.143	67.607	33.569	-	-	273.857

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios Ffindos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais)						
<b>1. Contexto operacional:</b> A Metalúrgica Mococa S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado sediada em Mococa - SP. Iniciou suas atividades em 1º de junho de 1954 e tem por objetivo a exploração da indústria, comércio, importação, exportação de artigos metalúrgicos, litográficos, embalagens metálicas e fabricação de máquinas e equipamentos, podendo, a critério da diretoria, participar de outras sociedades como acionista ou quotista. <b>2. Base de apresentação e políticas contábeis:</b> As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Este conjunto de demonstrações financeiras foi preparado pela Empresa de acordo com o CPC para grandes empresas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo, nota 4. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Sociedade, cuja autorização para sua conclusão foi dada por esta em 23 de janeiro de 2026. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. <b>2.1. Base de preparação:</b> As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico, como base valor, que geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Sociedade no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais pressões e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de Real. <b>Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: Alterações adotadas pela Sociedade:</b> Não há alterações ou interpretações em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025 que tenham impacto relevante nas demonstrações financeiras da Sociedade. <b>2.2. Conversão em moeda estrangeira:</b> (a) <b>Moeda funcional e moeda de apresentação:</b> O meio funcional e moeda de apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade são mensuradas usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Sociedade atua ("a moeda funcional"). Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R\$), o Real é a moeda funcional da Sociedade e, também, a sua moeda de apresentação. (b) <b>Transações e saldos:</b> As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações e no período em que os valores justos dos ativos e passivos ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos são apresentados na demonstração do resultado como receita e/ou despesa financeira. <b>2.3. Ativos e passivos financeiros: 2.3.1. Classificação:</b> A Sociedade classifica seus instrumentos financeiros com base no propósito, finalidade e características pelos quais foram adquiridos mensurando inicialmente pelo valor justo. Subsequentemente, os ativos financeiros são classificados entre custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço. <b>2.3.2. Reconhecimento e mensuração:</b> O reconhecimento de um ativo financeiro é realizado quando a Sociedade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, com exceção das contas a receber que são reconhecidas pelo preço de transação, somados os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou a emissão do ativo ou passivo financeiro. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham sido realizados ou tenham sido transferidos; neste último caso, quando a Sociedade transfere a propriedade ou a posse dos ativos. <b>2.3.3. Impairment de ativos financeiros:</b> A Sociedade avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está registrado por um valor superior ao seu valor recuperável. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são reconhecidas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("evento de impairment") ou evento (ou eventos) de perda que tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Sociedade usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos futuros de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira; Mudanças significativas no impairment de uma carteira com uma diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o reconhecimento do resultado (como uma mudança na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por impairment reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. <b>2.3.4. Passivos financeiros:</b> Os passivos financeiros da Sociedade incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar. Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. (i) Instrumentos financeiros derivativos: Derivativos são mensurados pelo valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como <i>hedge accounting</i> . A Sociedade documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge e os passivos a serem protegidos por <i>hedge</i> , com o objetivo de gestão de risco e a estratégia para a realização do <i>hedge</i> . As variações no valor justo dos instrumentos derivativos designados como <i>hedge</i> efetivo de fluxo de caixa têm seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido ("Ajuste de avaliação patrimonial") e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício ("Resultado financeiro"). Os valores acumulados no patrimônio líquido são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por <i>hedge</i> afetar o resultado, cujos efeitos são apropriados ao resultado, na prática "Realize as atividades de hedge". A liquidação das transações envolve essas estimativas e pode resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas e premissas são revisadas periodicamente. <b>4. Principais práticas contábeis:</b> a) <b>Caixa e equivalentes de caixa:</b> Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas de transações e cujo risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, sendo o ganho ou perda registrada no resultado do exercício respondendo a competência. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. b) <b>Clientes:</b> As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de produtos ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Sociedade. São inicialmente, reconhecidas pelo valor justo. A provisão para perda de liquidez duvidosa é reconhecida por estimativa com base em análise dos créditos em aberto, considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização. A avaliação da Administração considera o histórico do cliente, a situação financeira e a posição de nossos assessores jurídicos quanto ao recebimento desses créditos para constituição dessa estimativa de perdas. c) <b>Estoque:</b> São registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado utilizando-se o método do custo médio ponderado na aquisição de matérias-primas, embalagens e outros materiais. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra, outros custos diretos (baseados na capacidade normal de produção). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal de operações, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. Quando necessário, os estoques são deduzidos por provisão para perdas por obsolescência, deterioração ou baixo giro. d) <b>Investimentos:</b> Registrados e mantidos ao custo de aquisição e deduzidos de provisão para fazer face às eventuais perdas, quando aplicável. e) <b>Imobilizado:</b> Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção menos depreciação acumulada e redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear com base nos custos estimados de conclusão e os custos estimados para valor recuperável se o valor contábil do ativo for superior ao seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração do resultado. A Sociedade não possui bens do ativo imobilizado que espera abandonar ou alienar e que exigem a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos. f) <b>Intangível:</b> Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. g) <b>Recolha ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment):</b> O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor líquido de venda. A Administração avalia a perda por impairment pelo menor entre o valor contábil e o valor recuperável. h) <b>Imposto de renda e contribuição social:</b> Calculados com base no lucro líquido tributável, às alíquotas estabelecidas para o imposto de renda e para a contribuição social sobre o lucro líquido, nos termos da legislação fiscal vigente. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. Os tributos diferidos são reconhecidos sobre as adições e exclusões de ativos e passivos reconhecidos contabilmente, exceto quando a natureza e expectativa de realização ou liquidação, k) <b>Demais ativos e passivos:</b> Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e se seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para a liquidação do passivo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço. e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário. <b>(i) Ativos e passivos contingentes:</b> O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuadas da seguinte forma: Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização da Sociedade possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. Passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando em conta a opinião da assessoria jurídica, a natureza das demandas, a similaridade com outros processos, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Sociedade, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis e relevantes em relação às imprecisões inerentes ao processo de determinação de valores. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas e os passivos contingentes classificados como perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de determinação de valores. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas e os passivos contingentes classificados como perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação nas demonstrações financeiras. <b>(j) Segregação entre circulante e não circulante:</b> Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. <b>(k) Ajuste a valor presente de ativos e passivos:</b> Quando aplicável, os ativos e passivos não circulantes e os circulantes, quando o efeito é considerado relevante em relação às imprecisões inerentes ao processo de determinação de valores, são ajustados pelo valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência da Sociedade. Posteriormente, essas contas são realocadas nas linhas de despesas e receitas contábeis no resultado por meio de utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. o) <b>Lucro líquido por ação do capital:</b> Calculado com base na quantidade de ações em circulação na data de encerramento dos exercícios. p) <b>Benefícios a empregados:</b> Os benefícios concedidos a empregados são considerados equivalentes de caixa uma aplicação financeira de custo fixo (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), plano de previdência privada - contribuição definida, administrada por seguradora (nota explicativa 17). O plano de contribuição definida é um benefício pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência privada de contribuição definida são reconhecidas com base em despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. q) <b>Pesquisa e desenvolvimento:</b> Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os gastos incorridos no desenvolvimento de projetos (relacionados à fase de projeto e testes de produtos novos ou aperfeiçoados) são reconhecidos como ativos intangíveis quando for provável que os projetos serão bem-sucedidos, considerando-se sua viabilidade comercial e tecnológica, e somente se o custo puder ser medido de modo confiável. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos de desenvolvimento quando capitalizados são amortizados desde o início da produção comercial do produto, pelo método linear e ao longo do período do benefício esperado. r) <b>Demonstrações dos fluxos de caixa:</b> As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o estabelecido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).						

Demonstrações dos Resultados Abrangentes						
Exercícios Ffindos em 31/12/2025 e de 2024 (Em milhares de reais)						
Prejuízo do exercício		2025	2024			
Outros resultados abrangentes		(12.631)	(1.176)			
<b>Resultado abrangente do exercício</b>		<b>(12.631)</b>	<b>(1.176)</b>			
estoque de terceiros representava R\$ 10.389 mil e em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 17.434 mil. Estes estoques estão assegurados pela Allianz Seguros S.A., apólice nº 5177.2025.1896000038 e 5177.2024.18180018677, respectivamente, em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, por valores considerados suficientes pela administração da Sociedade para cobrir eventuais sinistros com estes estoques.						

8. Tributos a recuperar:						
Exercícios Ffindos em 31/12/2025 e de 2024 (Em milhares de reais)						
Descrição		2025	2024			
ICMS (I)		49.378	53.208			
IP		394	1.515			
IRPJ		942	704			
PIS e Cofins (II)		2.890	12.698			
<b>Total</b>		<b>53.604</b>	<b>68.125</b>			
Circulante		53.205	67.900			
Não circulante		399	225			

(I) A Sociedade como fabricante de embalagens possui benefício fiscal de diferimento de ICMS nas salidas internas, ocasionando o acúmulo do crédito nas operações de compras de insumos. Desde o exercício de 2023, a Sociedade obteve o deferimento para utilização do crédito acumulado, conforme o Artigo 72, § 6º do RICMS/SP e Portaria SRE 54/2022, totalizando um montante homologado de R\$ 63.714, referente ao período de 01/2021 a 12/2024, por enquadrar-se como contribuinte classificados na categoria A+ do Programa de Estímulo à Conformidade Tributária - "Nos conformes", instituído pela Lei Complementar nº 1.320/2018. Ao longo do exercício de 2025, a Sociedade utilizou parcialmente o crédito acumulado no pagamento de fornecedores (COMGÁS, CPFL e MESSER). Além disso, a Sociedade firmou instrumento particular de transação para a utilização e transferência de crédito acumulado de ICMS com a Companhia de Gás de São Paulo (Comgás), por meio do qual foi autorizada a transferência de R\$ 2.343 para os meses de maio e de junho de 2026. Foram também instrumento particular de transação para a utilização e transferência de crédito acumulado de ICMS com a CPFL, por meio do qual foi autorizada a transferência de R\$ 1.758 para o mês de junho de 2026. (II) No exercício de 2022, a Sociedade teve débito no processo tramitado em julgamento sob o processo nº 0010831-16.2008.4.03.6102, relacionado ao exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. O crédito tributário foi registrado contabilmente durante o exercício de 2023 na entrega da primeira PER/DCOMP, baseado na Consulta Cosit nº 183, de 07 de dezembro de 2021. O valor apurado e contabilizado foi de R\$ 37.838 mil, assim segregado: R\$ 21.293 mil de principal e R\$ 16.545 mil de atualização monetária (R\$ 13.964 mil referente à atualização até o exercício 31 de dezembro de 2022, na habilitação do crédito junto a Receita Federal decorrente de decisão judicial transitada em julgado). O crédito está sendo utilizado na compensação de débitos futuros.

9. Investimentos:						
Exercícios Ffindos em 31/12/2025 e de 2024 (Em milhares de reais)						
Descrição		2025	2024			
Investimentos em outras empresas		250	250			
Empréstimo compulsório - combustivel		107	99			
<b>Total</b>		<b>357</b>	<b>349</b>			

10. Imobilizado: a. Composição do saldo:						
Exercícios Ffindos em 31/12/2025 e de 2024 (Em milhares de reais)						
		2025	2024			
Descrição		2025	2024			
Terenos		1.317	1.317			
Edificações	4% a 5%	33.030	(18.429)	14.601	15.410	
Máquinas e equipamentos		130.351	25.352	21.295		
Móveis e utensílios	10% a 20%	3.583	(3.395)	188	707	
Veículos	20%	658	(313)	345	304	
Ferramentas e aparelhos	10% a 20%	2.990	(2.333)	657	867	
Imobilizado em andamento (I)		2.666	5.697			
Adiantamento p/ imobilização		4.030	3.898			
<b>Total</b>		<b>203.977</b>	<b>(154.821)</b>	<b>49.156</b>	<b>49.495</b>	

(I) Representado pela construção de um muro de alvenaria em toda a extensão da divisa da empresa. As vidas úteis e valor residual, das edificações, máquinas e equipamentos e veículos, foram revisadas seguindo as orientações do Pronunciamento Técnico CPC nº 27 - Ativo Imobilizado. Para os demais grupos do ativo imobilizado depreciáveis não houve alteração nos critérios e nos valores da depreciação desses bens, por não terem representação econômica relevante e por terem as suas vidas econômicas já aproximadamente representadas. **b. Movimentação do custo:**

Exercícios Ffindos em 31/12/2025 e de 2024 (Em milhares de reais)						
Descrição		2024	Adições	Baixas	Transf.	2025
Terenos		1.317	-	-	-	1.317
Edificações		33.033	-	-	-	33.030
Máquinas e equipamentos		149.683	3.440	(2.782)	5.337	155.703
Móveis e utensílios		3.603	35	(55)	-	3.583
Veículos		680	84	(106)	-	658
Ferramentas e aparelhos		2.969	24	(3)	-	2.990
Imobilizado em andamento		5.697	2.328	(22)	(5.337)	2.666
Adiant. p/ imobilização		3.898	1.828	(1.688)	-	4.030
<b>Total</b>		<b>200.865</b>	<b>7.748</b>	<b>(4.636)</b>	<b>-</b>	<b>203.977</b>

c. Movimentação da depreciação acumulada:						
Exercícios Ffindos em 31/12/2025 e de 2024 (Em milhares de reais)						
Descrição		2024	Adições	Baixas	2025	
Edificações		(17.603)	(826)	-	(18.429)	
Máquinas e equipamentos		(128.393)	(4.705)	2.747	(130.351)	
Móveis e utensílios		(2.896)	(553)	54	(3.395)	
Veículos		(376)	(25)	88	(313)	
Ferramentas e aparelhos		(2.102)	(234)	3	(2.333)	
<b>Total</b>		<b>(151.370)</b>	<b>(6.343)</b>	<b>2.892</b>	<b>(154.821)</b>	

11. Intangível: a. Composição do saldo:						
Exercícios Ffindos em 31/12/2025 e de 2024 (Em milhares de reais)						
		2025	2024			
Descrição		2025	2024			
Marcas e patentes		126	34			

b. Movimentação do custo:						
Exercícios Ffindos em 31/12/2025 e de 2024 (Em milhares de reais)						
Descrição		2024	Adições	2025		
Marcas e patentes		126				

★ continuação

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Metalúrgica Mococa S.A.

Aos Acionistas e Administradores da **Metalúrgica Mococa S.A.** - Mococa - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da **Metalúrgica Mococa S.A.** ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Metalúrgica Mococa S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa

opinião. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam

as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade

operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria. Inclusive as eventuais sugestões de melhorias dos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Ribeirão Preto, SP, 23 de janeiro de 2026. **BLB Auditores Independentes** - CRC 2SP023165/O-2; **Rodrigo Garcia Giroldo** - CRC 1SP222658/O-9.

Documento assinado digitalmente  
conforme MP nº 2.200-2 de  
24/08/2001, que institui a Infraestrutura  
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA  
04067191000160 Pub: 12/03/2026

A autenticidade deste documento  
pode ser conferida através do QR Code  
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/12/METALMOCOCA1588082512032026.pdf>

Hash: 1773245760422de41105ace411e82bc8924e09907bf